

## Universidades fazem caixa via arrocho salarial e política de permanência estudantil precária e insuficiente. O Cruesp tem que negociar!

Fórum das Seis convoca para **ATO PÚBLICO** em Campinas e indica **PARALISAÇÃO** nos campi em 18/10. Participe das assembleias de base e organize a participação

O Conselho de Reitores – Cruesp comprometeu-se a dialogar, mas optou por repetir velhas práticas e estabelecer relações antidemocráticas com as entidades representativas de servidores/as docentes, técnico-administrativos/as e estudantes. Depois da negociação em 17/3/2022, foram seis ofícios solicitando agendamento de reuniões e dois atos públicos, em 31/5 e 30/8/2022, na Unicamp. Não houve qualquer resposta do reitor Tom Zé e dos demais integrantes do Cruesp – Pasqual Barretti, da Unesp, e Carlos Gilberto Carlotti Júnior, da USP.

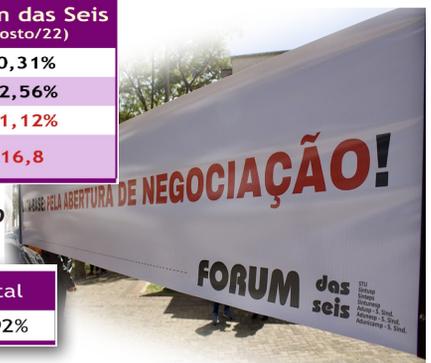
Inflação, salários, valorização dos níveis iniciais das carreiras, permanência estudantil... Queremos discutir a Pauta Unificada da Data-Base 2022! Queremos o início dos trabalhos do GT Salarial, acor-

tabela 1 - salários x inflação

	IPCA (agosto/22)	IPC-FIPE (agosto/22)	Fórum das Seis (agosto/22)
Índice	-0,36%	0,12%	-0,31%
SR-índice	83,18%	84,72%	82,56%
Reajuste	20,22%	18,04%	21,12%
Salários perdidos	16,3	13,2	16,8

tabela 2 - comprometimento acumulado com pessoal de janeiro a agosto/2022

UNESP	UNICAMP	USP	Total
66,13%	72,91%	68,48%	68,92%



do entre Fórum das Seis e Cruesp para debater a reposição de perdas salariais históricas e propostas de valorização dos níveis iniciais das carreiras.

### Novo ato em 18/10, na Unicamp, e paralisação nas unidades

Chega de intransigência e autoritarismo. Vamos mostrar nossa indignação!

O Fórum das Seis convida para novo ato público estadual no dia 18/10, às 11h, na Unicamp, com proposta de paralisação nas três universidades. A coordenação do Fórum já enviou ofício ao reitor Tom Zé, mais uma vez solicitando que receba uma comissão de representantes durante o ato.

Participe da assembleia da sua entidade para discutir os indicativos e montar a caravana para o ato. As assembleias devem acontecer até 13/10. No dia seguinte, o Fórum volta a se reunir para preparar as atividades do dia 18/10.

### Poder aquisitivo e inflação: 16,8 salários perdidos desde maio/2012

A tabela 1 acima mostra a inflação de agosto/2022, salário real e reajustes necessários para que voltemos ao poder aquisitivo de maio/2012. A sigla SR-Índice mostra que o poder aquisitivo do salário de

agosto/2022, recebido em setembro/2022, é de 82,56% em relação ao de maio/2012

Para recompor esta perda e voltarmos ao poder de compra de maio/2012, seria necessário um reajuste de 21,12% em agosto/2022. Portanto, em cerca de 10 anos, deixamos de receber o equivalente a 16,8 salários.

A tabela 2 aponta o comprometimento das universidades com folha salarial e reflexos, em queda mês a mês. Trata-se do menor comprometimento desde a autonomia, obtida após a greve das estaduais paulistas em 1988.

### Dinheiro tem!

A arrecadação do ICMS, imposto do qual derivam os recursos para as universidades estaduais paulistas, segue com bom desempenho desde o segundo semestre de 2020. A Secretaria da Fazenda do Estado, inclusive, já atualizou a previsão de arrecadação do ICMS-Quota Parte do estado para 2022 (para R\$ 152 bilhões, ante os R\$ 142,8 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual-LOA 2022 e que foram utilizados na confecção das peças orçamentárias das universidades estaduais para este ano), o que vai gerar mais créditos suplementares às instituições ainda este ano.

**Queremos negociar a pauta 2022, senhores reitores!**

Cartaz cobra reuniões e denuncia arrocho salarial

## STU promove ato e paralisação. Ponto eletrônico é tema central, mas defesa da universidade e campanha salarial também são destaque

Dentro do calendário aprovado em assembleia realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), nesta terça-feira, 4/10, acontece um ato público na Unicamp. A categoria protesta contra a disposição da reitoria de implantar o ponto eletrônico, a partir do uso de 47 aparelhos de controle eletrônico adquiridos em 2009 e nunca utilizados, e sua recusa em discutir a questão com a entidade sindical.

A cobrança de reuniões entre o Cruesp, atualmente presidido pelo reitor da Unicamp, professor Tom Zé, e o Fórum das Seis, é outro ponto de pauta. De modo intransigente e autoritário, o reitor nega-se receber as entidades representativas das três universidades, que querem discutir a Pauta de Reivindicações da Data-Base 2022.

A preocupação com as eleições estaduais e a possibilidade de vitória de um candidato claramente comprometido com a privatização e o sucateamento das universidades públicas também está em discussão.

### Defesa das trabalhadoras terceirizadas

A Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunida em 3/8, aprovou por unanimidade uma moção pela recontração de todas as trabalhadoras terceirizadas que foram demitidas no processo de mudança na forma de terceirização até então vigente nos restaurantes universitários da Unicamp. As demissões e a



situação atual dos restaurantes universitários vêm sendo denunciadas pelas entidades sindicais e estudantis da Universidade.

A moção do IFCH explica que as demissões ocorreram após a terceirização deixar de ser gerida pela Funcamp (Fundação de Desenvolvimento da Unicamp), abrindo espaço para um processo de licitação que teve como vencedora a empresa ‘Soluções e Serviços Terceirizados’, com histórico de suspensão sanitária no estado do Rio de Janeiro e com denúncia de fornecimento de alimentação estragada.

‘Temos consciência da gravidade do atual cenário social e econômico do país, no qual há milhões de desempregados, ao mesmo tempo em que crescem a informalidade e a precarização, somando-se à corrosão do poder de compra dos salários e à fome’, diz o texto, justificando a defesa da ‘recontração de todas as trabalhadoras, sem redução salarial e sem retirada de direitos, como aqueles referentes ao acesso à creche, ao transporte fretado e vale refeição’.

O texto termina com um convite à universidade para ‘promover uma discussão sobre os serviços terceirizados, para que possamos enfrentar esse problema na Unicamp, e contribuir para a melhoria das formas de contratação no serviço público.’

A moção da Congregação do IFCH foi levada à leitura na sessão do conselho universitário da Unicamp, marcada para 4/10.

## Segue a luta no HRAC da USP. Sindicato denuncia assédio sobre os trabalhadores

A luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC-USP), o “Centrinho”, segue com força para reverter a desvinculação do hospital e sua entrega para a Faepa (Fundação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto). Após a realização de um dia de paralisação em 13/9, houve um novo dia de mobilização com assembleia, em 27/9.

O convênio com a Faepa, fundação gerida por docentes da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, dá a ela o direito de administrar por cinco anos o Hospital das Clínicas de Bauru, que vai absorver o HRAC.

A reitoria da USP mantém uma política autoritária, negando-se a receber os trabalhadores. Enquanto isso, continua pressionando os/as funcionários/as a aceitarem a transferência do HRAC para o HC de Bauru, sob gestão da Faepa. O Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) denuncia que a Universidade está pressionando os trabalhadores a assinarem um termo de anuência, o que é um tipo de assédio,

além de algo completamente absurdo, pois se trata de obrigar funcionários/as públicos/as a prestarem serviços para uma fundação privada.

A administração da Faepa também já está mostrando suas garras. No mesmo dia 27/9, houve uma roda de conversa entre representantes da fundação e um grupo de funcionários. Nesta reunião, como relata o Sintusp, o representante da Faepa deu a entender que não respeitaria o Acordo Coletivo de Trabalho e informou, também, que a fundação pretende contratar apenas mais 40 funcionários. Ele disse, ainda, que os/as servidores/as do HRAC terão os fluxos de serviço reestruturados para atuar também no Hospital das Clínicas de Bauru, o que certamente vai gerar sobrecarga de trabalho e significará perda de qualidade de atendimento aos pacientes e o definhamento do Centrinho.

Em face disso, os/as funcionários/as votaram em assembleia não assinar o termo de anuência, e seguir a luta em defesa do HRAC e contra sua desvinculação.